



ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e dezenove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE - Bom dia, Senhores Deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Neste momento, eu vou proceder à leitura da ata da sessão anterior, porque o Segundo-Secretário, Deputado Herculano Borges, está fazendo um atendimento. *"Ata da Quarta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista. PEQUENO EXPEDIENTE* - Lida e aprovada a Ata Quatro da Terceira Sessão Ordinária. Pelo Senhor Primeiro-Secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1/2022, do Ministério da Educação - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Ofícios nºs 69, 81, 82, 87, 89, 90, 92, 98, 100, 101, 111, 112, 115, 115 a 121/2022, da Secretaria de Estado de Governo de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Herculano Borges, Pedro Kemp, Jamilson Name, Evander Vendramini, Amarildo Cruz, Paulo Corrêa. **GRANDE EXPEDIENTE** - Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em discussão única e votação nominal on-line, o Projeto de Decreto Legislativo nº 56/2021, de autoria do Deputado Professor Rinaldo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 357/2021, de autoria do Deputado Herculano Borges. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Valdir dos Santos Pereira Junior; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Felipe Orro, endereçada aos familiares de Maria Carmem da Silva Corrêa; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, endereçadas aos familiares de Adão Silva; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara, endereçada à Real H Nutrição e Saúde Animal pela comemoração de seus 37 anos de atividades; indicações, de autoria dos Deputados Felipe Orro, Paulo Corrêa, Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Renato Câmara, Lidio Lopes, Herculano Borges, Lucas de Lima, Evander Vendramini, Zé Teixeira e Marçal Filho. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usaram da palavra os Deputados Evander Vendramini, Pedro Kemp e Herculano Borges. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dez de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois". Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao Deputado Zé Teixeira que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia, nobres pares! Expediente da Sessão Ordinária do dia 15 de fevereiro do ano de

2022: Ofício nº 150/2021, do Deputado Federal Vander Loubet, confirmando o recebimento de ofícios (Prot. nº 23.972/2022); Ofícios nºs 72, 74, 75, 80, 84, 85, 95, 116, 154 a 159, 162 e 163/2021, respondendo às indicações dos Deputados Amarildo Cruz, Pedro Kemp, Renato Câmara, Mara Caseiro, Jamilson Name, Professor Rinaldo, Coronel David, Neno Razuk, Zé Teixeira, Paulo Corrêa, Barbosinha, Marçal Filho, Lidio Lopes, Capitão Contar, Paulo Duarte e Evander Vendramini (Prot. nºs 23.893, 23.894, 23.895, 23.899, 24.044, 24.045, 23.906, 23.967, 24.055, 24.054, 24.048, 24.053, 24.056, 24.047, 24.064, 24.066/2022); Ofício nº 575/2021, do Hospital Regional Doutor José Simone Netto, respondendo ao requerimento do Deputado Capitão Contar (Prot. nº 24.067/2022); Ofício nº 96/2022, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do Deputado Amarildo Cruz (Prot. nº 23.983/2022); Ofícios nºs 189 a 192/2022, respondendo às indicações dos Deputados Pedro Kemp, Coronel David e Herculano Borges (Prot. nºs 24.042, 24.041, 24.040, 24.043/2022). Foi lido o expediente, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado Zé Teixeira. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados (*Duas moções de congratulação e um projeto de lei, de autoria do Deputado Amarildo Cruz. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, observadas as disposições regimentais, que seja enviada moção de congratulação ao Grupo do Terço dos Homens da Paróquia Nossa Senhora Aparecida das Moreninhas, na pessoa do Pároco, Padre Jucelândio José do Nascimento, e coordenador do grupo, João Masculino da Silva, estendida aos demais participantes, em saudação ao terceiro ano de atuação naquela comunidade (Prot. nº 00215/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Partido dos Trabalhadores pelos seus 42 anos de fundação (Prot. nº 00213/2022). Projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Produtores Indígenas da Aldeia Água Branca (Aproab), com sede e foro no Município de Nioaque (Prot. nº 00228/2022). Uma moção de pesar, uma moção de congratulação e sete indicações, de autoria do Deputado Barbosinha. Requeiro à Mesa, ouvido o duto Plenário, nos termos do inciso XV do artigo 173 do Regimento Interno, que seja enviada moção de pesar aos familiares do Senhor Antônio Tertuliano pelo seu falecimento, ocorrido no dia 7 de fevereiro de 2022 (Prot. nº 00204/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja encaminhada moção de congratulação ao Cabo da PM Senhor Alexandre Duarte de Barros, ao Cabo da PM Senhor Roberto Guimarães Vieira, ao Segundo-Sargento da PM Flavio Andrade da Silva e ao Sargento da PM Vanderlan da Silva Amaral pela atuação exitosa no salvamento de quatro pessoas vítimas de um acidente de trânsito ocorrido no dia 23 de dezembro de 2021, no trecho entre o Copo Sujo e o Distrito de Vista Alegre (Prot. nº 00205/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando que sejam realizadas obras de manutenção da Rodovia MS-142, no trecho de 53

quilômetros que liga o Município de Camapuã ao Distrito de Areado, em São Gabriel do Oeste (Prot. nº 00206/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a construção de uma ponte de madeira sobre o Rio Taquarussu, na Rodovia MS-142, no trecho que liga o Município de Camapuã ao Distrito de Areado, em São Gabriel do Oeste (Prot. nº 00240/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, e ao Senhor Rudel Trindade Junior, Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul, solicitando a instalação de um posto avançado do Detran no Distrito de Nova Casa Verde, em Nova Andradina (Prot. nº 00241/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Kazuto Horii, Prefeito do Município de Bodoquena, ao Senhor Juliardson de Castro Couto, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana, e à Senhora Marcilene Aquino, Secretária Municipal de Assistência Social, solicitando a destinação de recursos financeiros para a construção de parque infantil no Bairro Sol Nascente, em Bodoquena (Prot. nº 00230/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, e à Senhora Rhaiza Matos, Prefeita do Município de Naviraí, solicitando a destinação de recursos financeiros para a substituição das pontes de madeira localizadas sobre o Rio Tejuí e Rio dos Porcos, na Estrada Vicinal NV-03, em Naviraí (Prot. nº 00229/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Alan Aquino Guedes, Prefeito do Município de Dourados, e ao Senhor Luís Gustavo Casarin, Secretário Municipal de Obras Públicas, solicitando a destinação de recursos financeiros para a construção de uma sala de recursos multifuncionais na Escola Municipal Maria da Rosa Antunes da Silveira Câmara, em Dourados (Prot. nº 00207/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, ao Senhor Antonio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, com cópia ao Senhor Coronel QOPM Marcos Paulo Gimenez, Comandante-Geral da Polícia Militar, solicitando a destinação de recursos financeiros para a execução de obras de reforma geral e ampliação do prédio da Delegacia da Polícia Civil de Laguna Carapã (Prot. nº 00208/2022). Um projeto de lei, de autoria do Deputado Capitão Contar. Projeto de lei que reconhece, no Estado Mato Grosso do Sul, a atividade dos colecionadores, atiradores e caçadores como atividade de risco, para os fins do artigo 10, parágrafo 1º, I, da Lei Federal nº 10.826/2003 (Prot. nº 00217/2022). Uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Cabo PM Luiz Paulo Alves Torres, ao Cabo PM Antônio Paim Vicente e ao SD PM Lucas da

Silva Piaze, lotados no 11º BPM do 4º Pelotão de Polícia Militar de Nioaque, como forma de reconhecimento aos relevantes serviços prestados. Segundo fatos narrados por esses servidores, por site de notícias da região e pelo próprio site da PMMS, esses policiais, na data de 19 de dezembro de 2021, na Serra de Maracaju, na BR-060, depararam-se com um grave acidente, e não hesitaram — mesmo em meio ao risco de incêndio, por se tratar de uma carga inflamável — em descer até o local para retirar a vítima e encaminhá-la ao hospital (Prot. nº 00210/2022). Uma indicação, de autoria do Deputado Felipe Orro. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, com cópias ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, e ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a construção de uma sede para a 4ª Companhia de Polícia Militar Ambiental no imóvel localizado no Município de Bonito, que já foi doado ao Estado no ano de 2018, através de lei municipal (Prot. nº 00245/2022). Uma moção de pesar e uma indicação, de autoria do Deputado Herculano Borges. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa de Leis, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da Senhora Adelaide Holosback Pereira pelo seu falecimento, ocorrido no dia 5 de fevereiro de 2022, nesta Capital (Prot. nº 00193/2022). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito Municipal de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando os serviços de recuperação de meio-fio na Rua das Balsas, número 740, no Bairro Estrela do Sul (Prot. nº 00192/2022). Seis indicações, de autoria do Deputado Jamilson Name. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agetran, solicitando viabilizar — em caráter de urgência — a implantação de uma alça de acesso na Rua Petrópolis, em frente ao número 1392, Residencial Ravena, localizado no Bairro União (Prot. nº 00231/2022). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente desta Casa Legislativa ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao Senhor Euro Nunes Varanis Junior, Superintendente Regional do Dnit em Mato Grosso do Sul, solicitando a manutenção das margens da MS-430, no trecho compreendido entre São Gabriel do Oeste e Rio Negro (Prot. nº 00224/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, solicitando especial atenção aos Municípios de Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Bonito, Caarapó, Caracol, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Itaporã, Ivinhema, Miranda, Nioaque e Novo Horizonte do Sul, em razão da seca que atinge o Estado e prejudica o setor produtivo (Prot. nº 00223/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agetran, solicitando viabilizar — em caráter de urgência — a instalação uma faixa elevada para travessia de pedestre no cruzamento da Rua Padre João Serpa com a Avenida Rachid Níger, no Bairro São Francisco (Prot. nº 00222/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao

Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando viabilizar — em caráter prioritário — os serviços de patrolamento e encascalhamento em ruas não pavimentadas do Bairro Tiradentes (Prot. nº 00221/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agetran, solicitando viabilizar — em caráter prioritário — a instalação de semáforo e/ou reordenamento do trânsito no trecho compreendido entre a Rua José Nogueira Vieira e a Avenida Babilônia, no Bairro Tiradentes (Prot. nº 00220/2022). Um projeto de lei, de autoria do Deputado João Henrique. Projeto de lei que concede benefícios às doadoras voluntárias de leite materno, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 00203/2022). Três indicações, de autoria do Deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando a reforma imediata da ponte sobre o Rio Coxim, na MS-142, na divisa dos Municípios de São Gabriel do Oeste e Camapuã (Prot. nº 00239/2022). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Secretário de Estado de Saúde, Geraldo Rezende, solicitando obras de ampliação da Sala Cirúrgica do Hospital Beneficente São Mateus, no Município de Caarapó (Prot. nº 00238/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário do Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, e ao Superintendente Regional do Dnit no Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando a pavimentação asfáltica na BR-359, no trecho que liga o Município de Coxim ao Município de Corumbá (Prot. nº 00237/2022). Um projeto de lei e uma indicação, de autoria do Deputado Lucas de Lima. Projeto de lei que dispõe sobre a inclusão do ensino do Estatuto do Idoso no Plano de Educação do Estado de MS (Prot. nº 00194/2022). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito do Município de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia à Secretária Municipal de Educação, Senhora Elza Fernandes Ortelhado, solicitando o não fechamento das salas de aula do ensino médio e volte a atender os estudantes do 6º ao 9º ano da Escola Municipal Antônio Lopes Lins, localizada no Bairro Jardim Caiobá. Solicitando também a conclusão da obra em uma escola que está sendo construída na Rua Francisco Antonio de Souza, no Bairro Celina Jallad, para suprir a demanda de estudantes do ensino médio e do fundamental da região (Prot. nº 00247/2022). Sete indicações, duas moções de congratulação, um requerimento e um projeto de lei, de autoria da Deputada Mara Caseiro. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópias ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, e ao Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, solicitando a implantação de sinalização horizontal e vertical na MS-141, especialmente no trecho

de aproximadamente 110 quilômetros localizado entre os Municípios de Naviraí e Ivinhema (Prot. nº 7579/21). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia à Secretária de Estado de Educação, Maria Cecília Amendola da Motta, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando a disponibilização de computadores para atender às demandas da Escola Estadual José Alves Quito, localizada no Município de Corguinho (Prot. nº 7578/21). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando a disponibilização de computadores para atender às demandas das salas de tecnologia das Escolas Estaduais São José e Rui Barbosa, localizadas no Município de Cassilândia (Prot. nº 7577/21). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Correa Riedel, à Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, Senhora Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre, e ao Diretor-Presidente da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul, Senhor Marcos Henrique Derzi Wasilewski, solicitando a instalação de uma agência do Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador no Município de Angélica (Prot. nº 7581/21). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Senhor Antônio Carlos Videira, solicitando o aumento do número de efetivo policial no Destacamento da Polícia Militar localizado no Distrito de Porto Morumbi, no Município de Eldorado (Prot. nº 7612/21). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Ministro da Infraestrutura, Senhor Tarcísio Gomes de Freitas, ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, e ao Presidente da CCR MSVia, Senhor Heitor de Souza Pires, solicitando que sejam adotadas providências emergenciais para garantir a segurança viária da BR-163, especialmente no trecho compreendido entre os Municípios de Eldorado e Mundo Novo (Prot. nº 00201/2022). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando que, no processo de licitação da obra na BR-163 em andamento, seja obrigatoriamente incluída a duplicação do trecho compreendido entre os Municípios de Eldorado e Mundo Novo (Prot. nº 00199/2022). Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Promotor de

Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni, no cargo de procurador de justiça do Ministério Público (Prot. nº 07580/2021). Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação, por meio de cópias autônomas, ao Prefeito do Município de Angélica, Senhor Aparecido Geraldo Rodrigues, e ao Maestro Gean Carlos Euzébio, estendida a todos os componentes da Banda Municipal de Angélica, pela conquista do primeiro lugar no II Conesul (Concurso Estados do Sul de Bandas e Fanfarras), no Município de Porto Belo, Santa Catarina (Prot. nº 00200/2022). Requeiro à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 173, XIX, ouvido o colendo Plenário, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 8 de março de 2022, às 9 horas, para realização de Sessão Solene semipresencial de entrega do Troféu Celina Jallad – Resolução nº 03/2011, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (Prot. nº 00216/2022). Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação de questionário para a investigação e o acompanhamento de depressão perinatal em gestantes e puérperas na rede pública e privada de saúde, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 00202/2022). Uma moção de congratulação e uma moção de aplauso, de autoria do Deputado Marçal Filho. Requeiro à Mesa, de acordo com as normas regimentais, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Rodolfo Carlos Ribeiro Daltro pelos relevantes serviços prestados ao povo sul-mato-grossense na área de segurança pública (Prot. nº 00219/2022). Requeiro à Mesa, de acordo com as normas regimentais, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja encaminhada moção de aplauso aos Bombeiros Militares Primeiro-Sargento Priscila Fernandes Pinto, Cabo Peterson Santos da Silva e Soldado Aíás Alexsander Gueiros de França, que, num ato de destreza e heroísmo, salvaram a vida de um motorista que estava sendo atacado por um enxame de abelhas nas margens da Rodovia BR-163 (Prot. nº 00218/2022). Uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Marcio Fernandes. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Doutor Alessandro Oliva Coelho, presidente da chapa vencedora nas eleições do Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho (Prot. nº 00214/2022). Duas moções de congratulação e duas indicações, de autoria do Deputado Neno Razuk. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulações ao líder indígena Edelson Fernandes, que presidirá a primeira cooperativa agropecuária indígena no Estado de Mato Grosso do Sul, denominada Cooperativa dos Pecuaristas e Agricultores Indígenas Kadiwéu (Coopaik) (Prot. nº 00242/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Atleta Joelcio Joerke, conhecido como Janjão, ex-jogador da seleção brasileira de basquetebol (Prot. nº 00195/2022). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Correa Riedel, solicitando empenho na liberação de recursos para obras de limpeza, patrolamento e encascalhamento de estradas no interior da

Terra Indígena Kadiwéu (Prot. nº 00244/2022). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Euro Nunes Varanis Junior, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, com cópia Senhor Alexandre Porto Mendes de Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestre, e à Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, solicitando empenho na liberação de recursos para obras de terceira via no trecho da Rodovia BR-262 localizado entre Campo Grande e Corumbá (Prot. nº 00243/2022). Uma moção de pesar e duas indicações, de autoria do Deputado Paulo Corrêa. Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da Senhora Graciele Regina Klaus em razão de seu falecimento (Prot. nº 00233/2022). Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja Silva, Governador do Estado, com cópia ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, solicitando a instalação de redutor de velocidade e de faixa elevada para travessia de pedestres na Rodovia MS-165, no Município de Aral Moreira (Prot. nº 00234/2022). Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja Silva, Governador do Estado, com cópia ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, Diretor-Presidente do Detran/MS, solicitando a reforma do prédio do Detran localizado no Município de Chapadão do Sul (Prot. nº 00232/2022). Quatro indicações, de autoria do Deputado Pedro Kemp. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando a implantação de sinalização horizontal e vertical no entorno da Escola Estadual Teotônio Vilela, localizada no Bairro Núcleo Habitacional Universitário (Prot. nº 00209/2022). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Campo Grande, solicitando a recuperação do asfalto da Rua Ouro Negro, nas proximidades do número 1.337, no Bairro Jardim Jockey Clube (Prot. nº 00198/2022). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Campo Grande, solicitando a recuperação do asfalto da Rua Carandá, nas proximidades do número 163, no Bairro Vila Ipiranga (Prot. nº 00197/2022). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, Secretária de Estado de Educação, solicitando providências urgentes no sentido de solucionar o problema de infestação de pombos na quadra de esportes da Escola Estadual José Antônio Pereira (Prot. nº 00196/2022). Três indicações, de autoria do Deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando a destinação de trator modelo 299 para atender às necessidades dos pequenos produtores rurais da Comunidade Saiju, no Município de Caarapó (Prot. nº 00227/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que

seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando obras de manutenção em toda a extensão da Rodovia MS-112, no Município de Inocência (Prot. nº 00226/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, solicitando obras de recapeamento asfáltico em toda a extensão da Avenida Marinês de Souza Gomes (Prot. nº 00225/2022).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Não há oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 299/2021. Autor: Deputado Paulo Corrêa. "Denomina 'Elza Gonçalves Dória Passos' o prédio destinado ao Corpo de Bombeiros Militar de Bela Vista." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Barbosinha. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 299/2021, de autoria do Deputado Paulo Corrêa.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz? Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, colegas Parlamentares e público que nos acompanha, bom dia! Parabenizando Vossa Excelência por apresentar esta justa homenagem, Presidente, voto sim.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado! Obrigado por fazer a relatoria do projeto. Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Crendo ser esta uma justa homenagem, eu voto sim. Quero aproveitar a oportunidade para felicitar o Deputado Marcio Fernandes, porque hoje é aniversário dele.

PRESIDENTE - Perfeitamente. Obrigado, amigo. Como vota o Deputado Coronel David? Como vota o Deputado Evander Vendramini?



DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name? Como vota o Deputado João Henrique? Como vota o Deputado Lidio Lopes? Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima? Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes, aniversariante do dia?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Obrigado aos colegas pela lembrança do meu aniversário. Voto sim.

PRESIDENTE - Obrigado, Deputado Marcio Fernandes. Feliz aniversário! Que Deus o abençoe! Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Bom dia, Senhor Presidente e colegas Deputados! Meus parabéns ao Deputado Marcio Fernandes! Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Parabenizando o Deputado Marcio Fernandes pelo aniversário, voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Bom dia a todos! Quero registrar que está aqui conosco o Vereador de Dourados Marcelo Mourão, nosso amigo. Voto sim.

PRESIDENTE - Um abraço ao Vereador Marcelo Mourão. Seja bem-vindo! Como vota o Deputado Renato Câmara? Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Senhor Presidente, primeiramente eu quero cumprimentar o meu amigo Marcio Fernandes pelo aniversário e desejar a ele muitos anos de vida, muita saúde e também uma boa campanha. Espero que ele retorne a esta Casa e continue fazendo o seu bom trabalho pelo Estado. Voto sim.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado Zé Teixeira. Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Peço licença aos Senhores Deputados para votar. Voto sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Como vota, em tempo, o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito o resultado ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 361/2021. Autor: Deputado João Henrique. "Denomina 'Victor Corrêa da Silva' a ponte situada sobre o braço direito do Rio Dois Irmãos, na Rodovia MS-347, no Município de Dois Irmãos do Buriti". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Barbosinha. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 361/2021, de autoria do Deputado João Henrique.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, quero abraçar o amigo Deputado Marcio Fernandes pelo aniversário e desejar a ele saúde, sabedoria e vida longa. Voto sim.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado. Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David? Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Cumprimento o nosso amigo Deputado Marcio Fernandes pelo aniversário. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Aproveito a oportunidade para desejar feliz aniversário ao Deputado Marcio Fernandes. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique, autor do projeto?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes? Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Senhor Presidente, eu parabenizo o Deputado Marcio Fernandes, meu conterrâneo de Umuarama, no Paraná, pelo aniversário! Desejo a ele muitas bênçãos, muita saúde e muita prosperidade! Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Meus cumprimentos ao Deputado Marcio Fernandes pelo aniversário. Desejo a ele muita saúde e muita paz. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes, aniversariante do dia?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Presidente e colegas Parlamentares, muito obrigado pelas felicitações. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota, em tempo, o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Presidente, eu parabenizo o Deputado Marcio Fernandes pelo aniversário, voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito o resultado ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 239/2021. Autor: Deputado Amarildo Cruz. "Cria o Dia Estadual dos Funcionários Administrativos da Educação, a ser comemorado anualmente no dia 6 de agosto, e o inclui no Anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Marçal Filho. A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Pedro Kemp. Em discussão...

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente!

PRESIDENTE - Para discutir, com a palavra, o autor, Deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Eu gostaria de discutir e já emitir o meu voto, porque sou o primeiro da lista, Presidente.

PRESIDENTE - O Regimento Interno lhe permite fazer isso, Deputado.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Obrigado. Presidente, eu apresentei este projeto por achar justa, cabível e oportuna a homenagem aos administrativos da educação. Na ocasião da recente reposição salarial e com alguns ajustes feitos pelo Governo do Estado, a categoria chegou a um bom termo com o Executivo. Há muito tempo os administrativos da educação encontravam-se numa situação ruim no que tange aos seus vencimentos. E nós Deputados, em vários momentos, tratamos desta questão com o Governador. A intenção era que o Executivo tirasse os administrativos da constrangedora situação de ser a única categoria que precisava receber uma complementação salarial para alcançar o salário mínimo vigente no País. E a Constituição garante que nenhum trabalhador receba um salário inferior ao mínimo. E essa adequação salarial foi objeto de muita discussão, muita reclamação, muita indicação, muita reivindicação, e agora a categoria está sendo atendida por conta principalmente da organização dos trabalhadores da educação, através da Fetems e dos Sinteds. Agora a situação foi consertada, em grande parte, mas os trabalhadores ainda não conseguiram conquistar tudo o que pretendiam. Mas o fato é que o abono e outras vantagens foram incorporados aos vencimentos dos administrativos, e assim eles conseguiram sair da incômoda situação de necessitar de uma complementação para chegar ao salário mínimo. Então, a homenagem é justa e coroa a luta, a organização e a conquista dos servidores. Agradeço os votos favoráveis. Voto sim.

Projeto de Lei nº 239/2021, de autoria do Deputado Amarildo Cruz.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Cumprimento o Deputado Amarildo Cruz pela justa homenagem a essa categoria que tanto contribui com a educação, e que muitas vezes não é valorizada. A meu ver, toda proposta que vem para valorizar os trabalhadores tem de ser bem recebida. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Senhor Presidente, cumprimento o Deputado Amarildo Cruz pelo projeto que institui o "Dia Estadual dos Funcionários Administrativos da Educação Pública de Mato Grosso do Sul". Eu tenho um projeto, que já se tornou lei, um tanto quanto semelhante a este. Ano passado, nós criamos o "Prêmio Professora Maria Ildonei", que abrange todos os profissionais da educação de MS. Fizemos isto por meio de uma parceria firmada com a Fetems. Na época, eu apresentei o projeto com a intenção de homenagear a Professora Maria Ildonei, que foi uma grande lutadora pelos direitos dos profissionais da educação. Meu projeto é bastante abrangente e envolve tanto os administrativos quanto os professores. Então, ano passado, nós realizamos essa premiação, que foi muito concorrida. E este ano nós queremos fazer a premiação novamente, porque os profissionais da educação, todos eles, merecem o nosso reconhecimento. Claro que o mais importante para eles é a remuneração adequada, é a valorização. Mas o Prêmio Maria Ildonei tem o objetivo de homenagear os trabalhadores. Agora, o Deputado Amarildo Cruz está apresentando esta proposta com a intenção de homenagear, de maneira específica, os administrativos. Esta, sem dúvida, colegas Deputados, é uma bela iniciativa. Portanto, voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota, em tempo, o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Eu peço licença aos Senhores Deputados para votar neste projeto do Deputado Amarildo Cruz, que valoriza os profissionais administrativos da educação. Voto sim. Encerrada a votação. Solicito o resultado ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: três requerimentos, quarenta e três indicações e seis moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria do Deputado Neno Razuk, em razão do falecimento da Senhora Ronilda Ferreira dos Santos. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Proposta pelo Deputado Herculano Borges, em razão do falecimento da Senhora Dailza Silva Ramos. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Barbosinha, em razão do falecimento da Senhora Maria Rosa Gomes Ramos. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Barbosinha, em razão do falecimento do Senhor Paulo Bertini. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Estão inscritos os Deputados Barbosinha, João Henrique, Pedro Kemp e Professor Rinaldo. Encerradas as inscrições. Concedo a palavra ao Deputado Barbosinha. Vossa Excelência dispõe de 10 minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, Deputado Paulo Corrêa, ilustres colegas, público que nos prestigia pela TV e Rádio Assembleia e pelas redes sociais, esses dias eu falei aqui acerca da situação vivenciada atualmente em Dourados. Falava do mato tomando conta dos canteiros centrais, dos parques, das praças; e essa fala, Deputado Zé Teixeira, parece que começou a surtir resultados, porque neste final de semana, pela primeira vez ao longo de quase quatorze meses, eu vi a prefeitura trabalhando na limpeza da Avenida Marcelino Pires. Esperamos que esse tipo de providência que é básica, estenda-se para todos os bairros de Dourados, que não se restrinja apenas à região central — e que coisa vá além da limpeza, que se cuide também da iluminação pública, etc. Mas a fala que me traz à tribuna nesta manhã refere-se à taxa do lixo em Dourados. Na contramão daquilo que o Governo Federal tem preconizado neste período difícil de pandemia, o Governo do Estado, Deputado Zé Teixeira, criou o Programa Mais Social, que beneficia mais de cem mil famílias no Estado (o valor de duzentos agora foi ampliado para trezentos reais, para a compra do gás). Criou também o Programa Energia Social, que beneficia em torno de 141.540 famílias que consomem até 220 quilowatts. Criou ainda o CNH Social... Agora aqui em Dourados foi implantada a famigerada taxa do lixo. Nem vou entrar no mérito de discutir a constitucionalidade disso aí, porquanto o Marco Legal do Saneamento, Deputado Pedro Kemp, autorizou os municípios a implantar a taxa do lixo. Em 2020, o novo Marco Legal do Saneamento transfere aos municípios a responsabilidade da criação dessa taxa — sim, mas obviamente que tem de ser uma taxa justa. Para as cidades maiores, o prazo vai até 2022, e para as cidades menores, o prazo vai até 2024. Mas aí, Deputado Neno Razuk, cumpre fazer justiça, pois aqui em Dourados, em 2005, o então prefeito Tetila [José Laerte Cecílio Tetila] construiu o primeiro aterro sanitário para receber corretamente os resíduos sólidos, do lixo, aterro que se tornou referência para os demais municípios de Mato Grosso do Sul, enfim, para o Centro-Oeste. Portanto, senhores, se há um serviço em Dourados que funciona de forma eficiente, desde 2005, este serviço é a coleta do lixo. Em vista disso, vai aqui a minha homenagem àqueles que fazem a reciclagem, aos garis, que de forma competente realizam este serviço. Mas voltemos ao que acontece agora em Dourados... Aqui, Deputado Zé Teixeira, cumpre-nos lembrar o que vem a ser taxa. Diferentemente do imposto, a taxa é a devolução da contraprestação de um serviço. A Fazenda Pública realiza um serviço e divide o custo desse serviço de forma justa entre os contribuintes. Quando o Marco Legal do Saneamento fala na criação da taxa do lixo, ele não lhe especifica o valor. Ora, se Dourados já vinha prestando esse serviço, isso significa, Deputado Neno Razuk, que esse serviço já estava contemplado dentro do orçamento de Dourados, inclusive na cobrança do IPTU. Agora, quando os consumidores, Deputado Zé Teixeira, começam a receber suas contas, num momento extremamente difícil como este da pandemia, quando as pessoas mais humildes não estão tendo o que comer, aparece a tal taxa do lixo — lembrando, Deputado Amarildo, que os programas sociais procuram justamente levar comida para essas famílias, tendo o governo inclusive assumido o encargo de lhes pagar a energia. Pois agora, com comércios fechando as portas porque não conseguem pagar aluguel, a taxa do lixo começa a chegar, Deputado Pedro Kemp, aos comerciantes de Dourados, no valor de... R\$ 500,00 — isto para um mês, não é ano, não! Tenho aqui documentos de alguns comércios de Dourados. Um deles terá de pagar R\$ 6.096,60 por ano; outro comércio importante aqui de Dourados: R\$ 663,42, o que totaliza mais de R\$ 8.000,00

ao ano de taxa do lixo; uma pequena igreja, que consome de água R\$ 49,50, Deputado Zé Teixeira, tem sua taxa do lixo fixada em R\$ 298,32, o que dá por ano R\$ 3.579,84. E aqui, pasmem, temos um pequenino quiosque, bem conhecido na cidade, que vende água de côco e garapa: R\$ 739,46 por mês de taxa de lixo! Aí o cidadão, quando precisa ir à prefeitura reclamar da taxa abusiva, que está em todos os bairros de Dourados, vê que não há critério nessa cobrança, e sai de lá sem explicação. A municipalidade de Dourados disse que ano passado teria gastado com o custo do lixo, considerando transporte e destinação final, 22 milhões. Quando divido, Deputado Neno Razuk, os 22 milhões pelas 72 mil ligações ativas de água, isso me dá o valor de R\$ 25,46 por mês. Quando acrescento às 72 ligações ativas os 43.312 imóveis sem construção, Deputado Zé Teixeira, sobre os quais incidirá também a taxa do lixo, isso me dá no total 115.312 imóveis. Pois quando divido o referido custo anual pelo número total de imóveis, isto me dá como resultado o valor de R\$ 15,89 por mês. Portanto, estamos aqui diante de números completamente divorciados dos valores que estão sendo cobrados em Dourados. A lei, Deputado Zé Teixeira, que instituiu a famigerada taxa do lixo, no seu artigo 4º, parágrafo primeiro, diz que "incluem-se no custo global dos serviços os custos assumidos pelo Município para garantir a eficácia na prestação dos serviços de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares". Mas aí, lá no parágrafo segundo — talvez os vereadores não tenham percebido —, além desse custo foram embutidas as atividades administrativas de gerenciamento. De forma que o município não está apenas transferindo a totalidade de todo o serviço de coleta, remoção e destinação final do resíduo: está colocando também o custo administrativo desse serviço. Quando o cidadão vai à prefeitura fazer a sua reclamação, ele tem que pagar, Deputado Zé Teixeira, o valor de R\$ 23,00 de taxa. Agora imagine a situação de uma pessoa humilde. Que capacidade tem essa pessoa para fazer o recurso? Outra coisa: de que forma está sendo cobrada essa taxa do lixo? Ela vem embutida na conta de água, Deputado Pedro Kemp. Tomemos como exemplo o caso do quiosque da garapa... A conta desse proprietário é de R\$ 20,00, ele só tem um pontinho de água... e aí vem R\$ 739,00 de taxa do lixo! O que vai acontecer? Ele vai ter a sua água cortada. Eu quero aqui, sem adentrar o aspecto da legalidade, rogar à sensibilidade do Diretor-Presidente da Sanesul, Walter Carneiro Júnior, que é de Dourados, que foi secretário de Fazenda de Dourados, rogar à sensibilidade do Governador do Estado, para que façam constar na conta de água (já que é por delegação permitida essa cobrança) campos distintos: um campo com código de barras para o pagamento da água, um código de barra para o pagamento da taxa do lixo, e um código de barra, Deputado Zé Teixeira, contemplando as duas contas, para quem quiser pagá-las conjuntamente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO BARBOSINHA - Sim, Deputado Zé Teixeira... É um absurdo privar as pessoas desse líquido precioso, que representa a própria vida. Mas isto está acontecendo e vai acontecer aqui em Dourados, porque as pessoas simplesmente não terão dinheiro para pagar a taxa do lixo. Concedo o aparte a Vossa Excelência, se é que ainda me resta algum tempo.

PRESIDENTE - Deputado Barbosinha, está encerrado o seu tempo.

DEPUTADO BARBOSINHA - Eu finalizo, Deputado Zé Teixeira, uma vez que o tempo não me permite a concessão do aparte. Vossa Excelência poderá...

PRESIDENTE - O próximo inscrito é o Deputado João Henrique. Sugiro a Vossa Excelência que solicite a ele a prorrogação do seu prazo.

DEPUTADO BARBOSINHA - Deputado João Henrique, consulto Vossa Excelência se me concede parte do seu tempo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Sim, Deputado Barbosinha, concedo-lhe dois minutos para a sua conclusão.

DEPUTADO BARBOSINHA - Deputado João Henrique, eu agradeço. Deputado Paulo Corrêa, não falo só dessas tarifas praticadas aqui em Dourados, cujos valores oscilam de dez a mil reais por mês. Cito outros dois exemplos, de cidades vizinhas. A Municipalidade de Rio Brilhante instituiu a taxa do lixo: mínimo de dez reais, máximo de quarenta reais. O Município de Fátima do Sul: R\$9,30 por mês onde o caminhão passa duas vezes por semana, R\$ 14,52 onde o caminhão passa três vezes por semana; nas avenidas e em frente aos mercados, onde o caminhão passa todo dia, o valor é R\$ 29,30. E detalhe: esses dois municípios encaminham o lixo para Dourados, para o aterro sanitário de Dourados, onde o custo do serviço é teoricamente maior. Então, o que pedimos aqui é o bom senso da administração, para que não sobrevenha uma enxurrada de ações de arguição de inconstitucionalidade, de devolução do indébito; pedimos que a Administração reveja esses valores, que crie critérios justos de distribuição. Estamos, pois, apelando ao bom senso do presidente da Sanesul, do Governador do Estado. Pedimos que as contas sejam separadas, para que o cidadão que não autorizou essa cobrança na conta de água possa ter o total fracionado, e possa assim pagar as suas contas. Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE - Encontra-se inscrito na sequência Deputado João Henrique. Vossa Excelência disporá de oito minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Senhor Presidente, colegas Parlamentares, já estão tramitando nesta Casa dois projetos de lei no sentido de proibir os protestos ilegais que estão acontecendo nas faturas das contas de água e energia elétrica. O meu projeto vai na mesma esteira do de Vossa Excelência, Deputado Barbosinha, do raciocínio de Vossa Excelência, porque muitos desses valores que estão sendo protestados estão sobrecarregando aquele consumidor que consome pouca energia, pouca água, situação que pode implicar a necessidade do pagamento de até cem reais apenas com os custos e encargos cartorários, sem falar nos cem reais adicionais para restabelecimento do serviço. Isto tudo para que o consumidor não seja levado, compelido a uma situação mais gravosa, que é o corte. Atualmente essas concessionárias, como a Energisa, têm três possibilidades de cobrança. Elas podem inscrever o nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito, podem fazer o protesto — e podem fazer o corte, que é, como disse, a medida mais gravosa e que mais pressiona o consumidor a se virar e fazer o

pagamento. Mas como mencionou Vossa Excelência, Deputado Barbosinha, a pessoa que deixa de pagar a sua fatura de energia elétrica, de água, ela não tem nenhum recurso; tanto é que o Governo do Estado está auxiliando as famílias mais carentes a pagar essa taxa. Eu quero dizer a Vossa Excelência, Deputado Barbosinha, que eu também propus agora uma ação judicial questionando também o "tris in idem", não é nem "bis in idem". Quer dizer, são três possibilidades de cobrança para a mesma conduta do consumidor. E quero também, Deputado Barbosinha, fazer uma denúncia. Vossa Excelência fez muito bem a distinção entre taxa e imposto... A Energisa, numa audiência pública, nos explicou que a maior parte dessa cobrança não é de titularidade da concessionária: são impostos, encargos, da União, do Estado e do Município; que isso encarece a conta, que apenas por delegação é cobrado e depois repassado. Só que na hora de fazer o protesto, Deputado Barbosinha, estão sendo incluídos esses créditos que são da União, do Estado, do Município. Isto é como se eu, Deputado João Henrique, querendo receber o pagamento de uma dívida do Deputado Barbosinha, protestasse algo que não é meu. A União, o Estado e o Município têm um rito fiscal processual para cobrança. De sorte que nós Parlamentares devemos ter uma sensibilidade grande com essa situação, devemos aprovar esse projeto de lei do Deputado Barbosinha e o do Deputado João Henrique. São projetos muito parecidos, interessantes. Precisamos dar essa resposta à população, principalmente para aqueles que já não estão encontrando solução, alternativa, nada que lhes possa restabelecer a capacidade de pagamento da conta de energia elétrica, de água, do que quer que seja. Então, eu gostaria de informar aos colegas Parlamentares que estou tomando todas as medidas possíveis, seja na Assembleia, seja no Judiciário, para que possamos abolir essa prática, que é, sim, abusiva. O Superior Tribunal de Justiça, Deputado Barbosinha, decidiu, veja Vossa Excelência, que é de competência de cada casa de leis fazer a limitação do crédito tributário do Estado que deve ser levado a protesto. E esse crédito está dentro das contas de energia elétrica, de água, etc. Então, se nós podemos impedir que o Estado proteste o próprio crédito tributário, alterando-lhe o valor e os prazos, devemos fazê-lo. Por exemplo, nós podemos dizer que Estado só poderá protestar um crédito com seis meses em atraso, com este valor mínimo, com aquele valor máximo. Esta Casa de Leis, portanto, tem a competência para julgar válido esse projeto de lei que nós propusemos, e que Vossa Excelência, Deputado Barbosinha, também propôs. Isto posto, e denunciando a situação também ao Judiciário, quero conclamar aqueles Parlamentares que queiram a somarem-se a nós, até com coautoria. Isto com certeza muito nos fortalece e ajuda muito na tramitação desses projetos, cujos efeitos serão muito favoráveis para a população de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO BARBOSINHA - Um aparte, Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Concedo um aparte ao Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Deputado João Henrique, eu quero parabenizar Vossa Excelência pela manifestação, por trazer esse assunto extremamente importante. Nossos projetos de lei são semelhantes, creio que precisamos buscar um ponto de conexão. Não dá mais para ver o consumidor, já tão

sofrido, tão judiado, além da conta que tem de pagar, ser ainda penalizado com os custos cartorários, custos estes que dependendo do protesto, Deputado Zé Teixeira, superam o valor da própria conta. Então, Deputado João Henrique, eu penso que são medidas válidas. Agora pouco falava da taxa do lixo... Aí cabe, sim, discussão de constitucionalidade, porque, se formos observar a lei, a base de cálculo da grande maioria segue a mesma linha do IPTU: metros quadrados de construção, sem obedecer a critério nenhum. Aqui você tem uma casa de quinhentos metros quadrados onde mora um casal de idosos e um funcionário; ali, você tem uma casa de cem metros quadrados onde residem dez pessoas... Evidente que a de cem metros produz mais lixo que a de quinhentos. Não há critério de proporcionalidade, nada... Trata-se, sim, de questões cuja constitucionalidade pode ser discutida. Quer me parecer que estamos diante de um caso de venda casada, que é embutir numa mesma conta duas taxas. Esta Casa de Leis tem de ser a guardiã da cidadania, tem que se entrincheirar na defesa dos consumidores. Parabéns a Vossa Excelência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Obrigado, Deputado Barbosinha. Muito importante a fala de Vossa Excelência, porque o corte de um serviço essencial é o que faz, de repente, um pai de família deixar de colocar o alimento dentro de casa, é o que lhe impede de trazer o bem-estar para a sua família, na medida em que esse pai tem de redirecionar os seus poucos recursos para pagar o restabelecimento do serviço. É um dilema de Sofia isto que acaba acontecendo com os pais de família neste momento pandêmico que vivemos. Obrigado a Vossa Excelência. Encerro a minha fala, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o ilustre Deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu gostaria, nesta Sessão, de fazer um registro. Eu tenho recebido reclamações de várias pessoas que nos procuram. Essas pessoas estão precisando de medicamentos de alto custo; recorrem então ao Sistema Único de Saúde, às farmácias do Município, também à Casa da Saúde do Governo do Estado, mas não estão encontrando esses medicamentos. Algumas dessas pessoas são portadoras de doenças graves, que necessitam de medicamento de uso contínuo, e que realmente estão passando por uma situação muito difícil. Nós sabemos que o Governo do Estado, que as prefeituras, nestes últimos dois anos, estiveram com a atenção voltada mais para o enfrentamento da Covid, da pandemia, e que por causa disso alguns procedimentos foram suspensos, como cirurgias eletivas, etc. Tivemos então o represamento das cirurgias eletivas nesses últimos anos, e ficaram meio esquecidas as pessoas que precisam de tratamento contínuo das suas enfermidades. Essas pessoas estão tendo dificuldade para terem acesso a esses medicamentos. Muitas vezes as pessoas nos procuram e nós temos de encaminhá-las para a Defensoria Pública, para o Ministério Público — quando estão em situação de vulnerabilidade econômica. Nós temos orientado essas pessoas a recorrer à Justiça, para que tenham o seu direito à saúde resguardado. As ações estão sendo ajuizadas por falta de medicamento no SUS, em Mato Grosso do Sul, o que expõe uma problemática do Estado, que é o desabastecimento de remédios essenciais para a saúde dos pacientes. A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul

tem sido muito eficiente, estão de parabéns os nossos Defensores Públicos. Nesta área estão realmente fazendo um belo trabalho, o que mostra o compromisso que a nossa Defensoria Pública tem com a população de baixa renda, gente que tem dificuldade de garantir os seus direitos, principalmente o direito à saúde, o direito à vida. A Defensoria tem entrado com processos para essas pessoas em situação de vulnerabilidade social. O órgão tem recebido solicitações de remédios que estão, inclusive, na lista de medicamentos padronizados do SUS, medicamentos que deveriam ser entregues pelo governo, pelas farmácias das prefeituras. O governo estadual tem a Casa da Saúde, e, de uns seis a oito meses para cá, nós estamos percebendo esse desabastecimento de remédios devido às ações que estão sendo ajuizadas. Então, faço aqui um apelo ao nosso Secretário de Saúde do Estado, aos secretários municipais de Saúde, que deem uma atenção especial para essa questão do abastecimento das farmácias da rede pública, para que a nossa população possa ter acesso a esses medicamentos. Muitos pacientes estão tendo agravado seu problema de saúde, justamente pela falta desses medicamentos. Eu tenho o depoimento de pessoas, por exemplo, que têm convulsões, que precisam tomar anticonvulsivante, não encontram o remédio, o quadro se agrava e elas acabam desenvolvendo outros problemas decorrentes dessas convulsões. É muito importante, portanto, que haja uma atenção por parte do poder público, para que as pessoas não passem por esse transtorno de ter de recorrer à Justiça para obter seu medicamento, medicamento de alto custo. As pessoas não têm condições de comprar esses remédios, e a Constituição Federal garante o acesso aos serviços de saúde: é dever do Estado fazer valer esse direito das pessoas. A nossa Defensoria Pública tem esclarecido aos pacientes que existem duas listas diferentes de medicamentos: uma de medicamentos padronizados, normalmente fornecidos pelo SUS; e outra dos não padronizados, que não estão sendo distribuídos pelo SUS. Quando a pessoa não encontra o medicamento, ela, neste caso, precisa recorrer à Justiça, precisa conseguir uma liminar para que o gestor público compre e lhe forneça o remédio. No caso dos padronizados, que estão na lista do SUS, uma parte é fornecida pelos municípios, estão nas farmácias dos municípios, e a outra parte é fornecida pelo Estado, na Casa da Saúde. É muito importante então que aquelas pessoas que não estão encontrando esses medicamentos procurem a Defensoria Pública, procurem o Ministério Público, seja no interior, seja na Capital, para que o Estado e as prefeituras cumpram com a sua responsabilidade, que é o dever constitucional de fornecer esses medicamentos à população. Há inclusive medicamentos cujo fornecimento é de responsabilidade da União, por exemplo, medicamentos oncológicos, que são os mais caros. É esta a situação que estamos vivenciando em Mato Grosso do Sul nestes últimos seis, oito meses, de desabastecimento das farmácias e da Casa da Saúde, medicamentos essenciais, muito importantes para a nossa população. Esperamos que agora, com o controle da pandemia, a gente possa ter uma normalização desse atendimento...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP - ...nas farmácias, nas unidades de saúde, para que a nossa população não passe por esse transtorno. Segundo informações que eu tenho da Defensoria, é diário — diário! — o atendimento de pessoas que procuram por medicamentos na Casa da Saúde e não encontram. É uma procura grande,

significativa, é um direito do cidadão. Eu concedo um aparte ao meu nobre colega Deputado Zé Teixeira.

PRESIDENTE - Com a palavra, nas Explicações pessoais, o ilustre Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente, eu concedi um aparte ao Deputado Zé Teixeira.

PRESIDENTE - Vossa Excelência já está com o seu prazo extremamente esgotado... Mas concedo um minuto para o aparte do Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Eu quero apenas parabenizar Vossa Excelência pela fala, pela preocupação com o sofrimento das pessoas que precisam do acesso ao remédio e não podem adquiri-lo. Isso me faz lembrar o debate que tive aqui não faz muito tempo, quando terceirizaram a distribuição de remédios no Estado. Diziam que a situação ia melhorar, quer era um descaso o que ocorria na Casa da Saúde, era remédio vencido, era muito remédio comprado mas que as pessoas não iam lá buscar... Segundo informações que me chegaram, antes da terceirização, o remédio chegava diretamente ao Município e a própria prefeitura, através da sua ação social, o distribuía. Então, aquilo que se propagou, ou seja, que com a terceirização, que custou mais de quinze milhões, a coisa ia melhorar, parece-me, segundo sugere a fala de Vossa Excelência, que não procede: na verdade piorou. Parabéns a Vossa Excelência pela fala, pela preocupação com a população que mais precisa desse atendimento — precisa mas não tem acesso ao remédio, situação que pode, inclusive, causar a perda de muitas vidas no nosso Estado. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Muito obrigado, Deputado Zé Teixeira. Muito bem lembrada essa situação referida por Vossa Excelência. Eu me lembro que nós fizemos um debate aqui, em que Vossa Excelência questionava a terceirização da entrega dos medicamentos; eu também fiz uma fala no mesmo sentido. Realmente nós estamos percebendo que é preciso fazer uma correção desse sistema da distribuição dos medicamentos. É muito importante também que o governo mantenha os estoques de medicamentos fornecidos pelo SUS, para que a população tenha acesso a eles, e possa ter um tratamento adequado dos seus problemas de saúde. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, o ilustre Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Senhor Presidente, pretendo ser breve. Cumprimento mais uma vez Vossa Excelência, os colegas, quem nos acompanha através da Rádio e TV Assembleia. Recentemente vi os colegas falando dos problemas sociais que temos enfrentado. Pois hoje eu recebi uma liderança da região norte, e fiquei muito triste com o que ouvi. Estou falando dos problemas que a comunidade da Água Bonita tem enfrentado, problemas econômicos, sociais, falta de assistência de todas as ordens... Mas o que mais me chocou, Deputado Pedro Kemp, Deputado Barbosinha, foi ouvir essa liderança contar que por lá doze meninas

adolescentes, entre doze e dezesseis anos, engravidaram — uma delas com doze anos! Isto é muito triste. Dizia-me essa liderança que ali naquela comunidade não há nenhum trabalho social preventivo, nem na área da cultura, nem na área do esporte. De maneira que eu quero me solidarizar com essa comunidade indígena aqui de Campo Grande. A comunidade de Marçal [Aldeia Marçal de Souza] tem uma estrutura interessante, mas nessa área da região norte, mais precisamente da Água Bonita, a situação não é a mesma. Quanto à Água Bonita, nós aprovamos um projeto que o Governador Reinaldo nos encaminhou, dando a titularidade das casas... Mas ali ainda falta muito a presença do poder público. E faço aqui um apelo — sem nenhuma intenção de criticar o governo municipal — ao Prefeito Marquinhos Trad, que encaminhe para lá um assistente social, um profissional que veja o que pode ser feito para ajudar aquela comunidade. Essa liderança, que pediu para ficar incógnita, falou-me até com uma certa emoção: "Lá não tem nada, nem ônibus chega nessa comunidade, não tem um projeto preventivo. Nada". Nós sabemos que a prevenção, a educação, é o caminho: o trabalho social preventivo ajuda muito a minimizar esses problemas. Se hoje vivemos numa sociedade totalmente conturbada, violenta, é porque não temos uma educação de qualidade, não temos prevenção, falta-nos estrutura, os compromissos não estão sendo cumpridos. Hoje o jornal "O Estado" estampa uma fotografia horrível de um protesto da população do Bairro Montevideu. Isso aqui, repito, não é criticar por criticar, mas é que é triste a gente morar numa cidade que tem um lado tão bonito, enquanto que outro lado enfrenta tantos problemas, como este. Campo Grande hoje tem trinta e sete favelas, que agora chamam de comunidades... parece até que mudar o nome da coisa ameniza o problema. Então eu quero aqui me solidarizar com essa comunidade da Água Bonita. E vejam que quem veio aqui não foi nenhuma liderança indígena, é uma liderança da região, que me pediu que não mencionasse seu nome. Essa liderança é extremamente solidária, diz que tem feito o que pode; ela me garantiu, o que muito me entristeceu, que doze alunas — doze! — ficaram grávidas nessa faixa etária entre doze e dezesseis anos. Faço, pois, um apelo ao meu amigo Secretário da Assistência Social, pessoa muito querida, afinal o Executivo tem que dar prioridade para essas ações. Se colocássemos 1% do orçamento da Capital nessas ações, tenho certeza que poderíamos fazer um trabalho brilhante. Eu faço a prevenção, através do nosso "Tocando em Frente", Kemp, há treze anos: são seiscentas e cinquenta crianças ali matriculadas. Ao longo de treze anos, mais de onze mil crianças passaram ali; a partir de dois anos, têm o balé. Falo isso para dar um exemplo, não é para me vangloriar, não; quando você investe na prevenção, você, no contraturno, tem a possibilidade de não deixar essa criança, esse adolescente numa situação vulnerável, com relação às drogas, com relação a uma gravidez precoce. Sim, porque, lá na frente, somos nós mesmos que teremos de pagar essa conta: é o poder público, e, conseqüentemente, a sociedade. Amanhã ou depois o cidadão sai à rua e pode ser vítima de algum usuário de drogas, não é verdade? porque não houve com essa pessoa esse incentivo, esse trabalho na área da cultura, do lazer, do esporte. Deixo aqui, portanto, registrada a minha solidariedade para com essa comunidade que está sendo despejada... Fizeram um "cemitério", esse é o protesto que fizeram, é como está registrado no jornal "O Estado". Essa comunidade, Deputado Barbosinha, fez umas covas simbolizando um cemitério... Isto é muito triste para todos nós, não falo isso por questões políticas: nada disso. O meu sonho é que cada família tivesse assegurados os seus

direitos, consagrados no artigo 5º da Constituição, dentre os quais o acesso à educação, o acesso a uma casa para morar. É triste viver neste paradoxo social: de um lado, a cidade cintila, bela e pujante, as pessoas de fora quando vêm aqui fazem vídeo, enaltecem-lhe as qualidades — o centro de Campo Grande é mesmo muito bonito... Agora, quem mora em Campo Grande como eu, que estou aqui há quarenta e um anos, que conhece bem a realidade da periferia, sabe que existe uma outra Campo Grande. Hoje o Jornal "O Estado" estampa um cemitério, das pessoas que foram despejadas e não têm onde morar. Deixo registradas aqui a minha solidariedade para com a comunidade de Água Bonita e a minha tristeza com o que lá está acontecendo — as pessoas ali não estão tendo acesso a coisas básicas, que podem manter uma família estruturada. Espero que um dia não só Campo Grande, que o nosso País possa realmente viver de forma digna, onde não haja mais essa situação de cinquenta milhões de pessoas sem tratamento de esgoto, de trinta milhões de pessoas sem acesso à água potável. Vivemos realmente um paradoxo social: de um lado tantas riquezas, tantas maravilhas; de outro, problemas e mais problemas. Não podemos mais assistir passivamente a essa realidade desumana em que vivem essas comunidades que eu mencionei. É o que tinha, Senhor Presidente. Muito obrigado pela atenção dos colegas.

PRESIDENTE - Não havendo mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais, quero agradecer aos meus colegas Deputados Estaduais. Declaro encerrada a presente Sessão. Até amanhã, se Deus quiser (10h12min).